

O CONSENSO EM RELAÇÃO À NOÇÃO DE FORMA E OS LIMITES DA IMAGINAÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Juliana Labatut Portilho¹
juliana_portilho@hotmail.com

371

RESUMO

A proposta deste trabalho é discutir sobre como a sensibilização estética ocorre vinculada a uma noção específica de forma e como isso pode elucidar novas interpretações sobre as diferentes maneiras como o sujeito apreende e aprende certas experiências, levando em consideração o fato de que o sujeito também é sensibilizado através de acordos sociais, ou mesmo de interesses específicos, a partir da sua relação com o objeto. Assim, pretende-se uma análise crítica referente a certos determinismos dualistas no processo de aprendizagem que estão vinculados a uma noção consensual de forma, conseqüentemente, sobre a maneira como o sujeito pensa e sente certas experiências e, por fim, experimenta a sua imaginação no mundo. Para desenvolver essa ideia será utilizado o conhecimento psicanalítico freudiano como norteador de certas noções, como: sujeito, objeto, desejo e percepção; e o texto literário de Lewis Carroll, “As aventuras de Alice no País das Maravilhas”, como uma possibilidade de sensibilização crítica frente às percepções que estão em consenso relacionadas à noção de forma.

Palavras-chave: Psicanálise. Forma. Texto literário. Aprendizagem. Dialética.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão sobre a “experiência estética” pode assumir grande abrangência, inclusive transcendendo o seu mais tradicional vínculo com as artes para ser pensada como a sensibilização do sujeito frente aos objetos que o cercam. Dito de outra maneira, a experiência estética é uma possibilidade de o sujeito colocar-se fora de si para então retomar e elaborar uma experiência, ou mesmo, a possibilidade que o sujeito tem de ressignificar o pensar e o sentir no presente, para além de determinações do passado. Nesse sentido, a experiência estética pode vincular-se com o aprendizado, se considerarmos ambos como processos de transformação de si e do meio onde se vive.

A partir disso, será proposta uma análise crítica frente à percepção do sujeito em relação com os objetos, desde o consenso que ocorre referente à noção de forma, sobretudo na contemporaneidade. Também pretende-se pensar, como alicerce desta discussão, numa apreciação referente a distinção entre os verbos “aprender” e “aprender”, com o intuito de pensá-los como partes do processo de aprendizagem, funcionando dialeticamente.

¹ Psicóloga, Psicanalista, Mestre e Doutora em Filosofia (USP) e Pós-doutorada em Psicologia Clínica (USP).

Na sequência da análise dos pontos mencionados acima será considerando o texto literário de Lewis Carroll (1865), “As aventuras de Alice no País das Maravilhas”, como um representante possível do objeto estético. A principal intenção será ilustrar uma possibilidade de repensar os acordos pré-estabelecidos em relação à noção de forma no processo de aprendizagem, ou, de maneira mais ampla, pensar como o texto literário pode promover uma sensibilização crítica para as percepções que estão em consenso.

Referente à distinção entre os dois verbos, compreende-se que o significado dado comumente para o verbo apreender tem relação com a assimilação rápida de uma experiência, um “primeiro” entendimento subjetivo, ou, a percepção de algo que foi vivenciado; e o aprender seria uma atividade “mais complexa”, contínua, que produziria conhecimento cultural. Nessa perspectiva, propõe-se pensar na possibilidade de desmistificar qualquer dicotomia entre as diferentes experiências (percepção e conhecimento) para pensá-las dialeticamente, quer dizer: pensar na reconciliação das contradições, encarando-as como partes do mesmo processo.

Desde esse pressuposto, que coloca a percepção e o conhecimento em relação dialética, como também o pensamento e a coisa pensada (o objeto do pensamento), visa-se aprofundar a discussão referente a como o sujeito se relaciona cotidianamente com os objetos – como os percebe, sente, pensa ... – e como isso se estende para o processo de aprendizagem.

Assim, levanta-se um primeiro problema: o quanto a percepção que o sujeito investe nos objetos está submetida a uma noção de forma pré-estabelecida socialmente, a qual cria um ideal de referência para como o sujeito percebe o mundo e também se reconhece nele.

Compreende-se a noção de forma, a partir de um referencial advindo sobretudo do senso comum, como o enquadramento do objeto dentro de acordos de compreensão coletiva, por exemplo: todos nós (ou a grande maioria) concordamos com a forma do planeta, da água, ou mesmo com a forma de uma música. Esses acordos relacionados à forma explicitam o quanto ela pode ter como referencial o concreto ou o abstrato, o que está em jogo não é necessariamente os contornos sensíveis (a característica de símbolo) que a forma estabelece na realidade, mas o ideal de presença que um objeto tem no mundo, o qual passa por um processo desde a percepção subjetiva (criação de uma imagem) até o acordo num determinado conhecimento coletivo (símbolo).

2 A PSICANÁLISE E A NOÇÃO DE FORMA

Para começar a desenvolver o problema levantado propõe-se um retorno a algumas

concepções fundamentais psicanalíticas freudiana. O motivo principal da retomada a Freud é de que já no início da sua teoria foram questionadas algumas formas que estavam em consenso na época e, a partir disso, paradigmas foram repensados.

Para Freud (1917), o sujeito é efeito do inconsciente, do desejo inconsciente, preposição que desmistifica a ideia de que aquilo que se tem consciência, que se sabe sobre si mesmo, é o que rege as ações do homem no mundo. Hoje essa ideia parece clara, mas ela precisou antes romper com o paradigma cartesiano que centralizava o sujeito nos efeitos do eu (do ego) – o lugar onde o sujeito se reconhece – para colocá-lo num lugar de não reconhecimento, de estranhamento.

Após lançar mão das suas primeiras investigações sobre o inconsciente, Freud afirmou que a humanidade depois de Copérnico – onde a terra deixa de ser o centro do universo – e Darwin – onde homem deixa de estar no centro da criação –, teria sofrido mais um golpe em decorrência das descobertas psicanalíticas.

Mas a megalomania humana terá sofrido seu terceiro golpe, o mais violento, a partir da pesquisa psicológica da época atual, que procura provar o ego que ele não é senhor nem mesmo em sua própria casa, devendo, porém, contentar-se com escassas informações acerca do que acontece inconscientemente em sua mente. (FREUD [1917], 1996, p. 292)

Esse “golpe” que psicanálise promoveu no cartesianismo, a partir da inserção do inconsciente nas relações do sujeito no mundo, firma o sujeito como efeito do inconsciente, o que significa o mesmo que dizer que o sujeito é efeito dos desejos inconscientes, os quais não são equivalentes às necessidades biológicas, mas às experiências que afetaram o sujeito e que ele não necessariamente tem acesso através da consciência. Em outras palavras, o ego não domina o desejo inconsciente que move o homem.

Esses preceitos básicos da psicanálise também fornecem as novas bases conceituais para pensar a relação do sujeito como o objeto. Isso acontece porque tanto o sujeito como o objeto passam a ser percebidos como efeito da experiência e não os “senhores” dela.

Assim, a noção de objeto para Freud (1917) retira do objeto a sua característica de produto para torná-lo o meio de acesso ao desejo subjetivo. Foram as pesquisas na clínica que levaram à ideia de que os objetos que o sujeito se relaciona são meios e não um fim e isso porque a primeira experiência de satisfação da criança está vinculada a um primeiro objeto, o qual está fadado a nunca mais ser encontrado, simplesmente pelo fato de que estava vinculado a uma primeira experiência que nunca mais ocorrerá. Essa primeira experiência é o início da história subjetiva, onde o desejo está ancorado, e, mesmo que não se possa viver a mesma

experiência e encontrar o mesmo objeto da satisfação, é possível vivenciar aquilo que já passou através de objetos chamados de “parciais”, os quais trarão notícias sobre o desejo inconsciente, sobre a história subjetiva.

A noção de “objeto do desejo”, entre outras coisas, atribui ao objeto uma condição para além das suas características empíricas, de correspondências exatas no mundo sensível, já que estaremos sempre lidando com objetos parciais. É por isso que a percepção que o sujeito investe nos objetos durante a sua vida tem importante relevância para a compreensão sobre as escolhas subjetivas (bem como sobre aquilo que o sujeito não pode escolher), pois trata-se de notícias sobre o desejo.

Freud já havia dito, no seu texto incipiente “A interpretação dos sonhos” (1900), que quando uma necessidade volta a ocorrer na vida do indivíduo ele a vincula à satisfação vivenciada na ocorrência da primeira necessidade, assim

... suscitará uma moção psíquica que quererá investir novamente a imagem mnêmica daquela percepção e produzir outra vez a percepção mesma, vale dizer, na verdade, restabelecer a situação da satisfação primeira. Uma moção dessa índole é o que chamamos desejo, a reaparição da percepção é o cumprimento do desejo, e o caminho mais curto para este é o que leva desde a excitação produzida pela necessidade até o investimento pleno na percepção. (FREUD, 2006a, p. 557-558)

Esse fundamento da teoria freudiana revela a importância da percepção na relação do sujeito com o objeto que lhe causa desejo, mesmo que o objeto nunca seja, no final das contas, aquele que estava na origem do seu investimento. O que está em jogo para o sujeito é o esforço que ele investe para o encontro com alguns objetos que remetem ao seu desejo, os quais, inclusive, assumem uma imagem.

Ainda no texto de 1900, Freud diz que

... a imagem mnêmica de uma certa percepção se conserva associada ao traço mnêmico da excitação resultante da necessidade. Logo que esta necessidade aparece de novo, produzir-se-á, graças à ligação que foi estabelecida uma moção psíquica que procurará reinvestir a imagem mnêmica desta percepção e mesmo invocar esta percepção, isto é, restabelecer a situação da primeira satisfação: a essa moção é que chamaremos de desejo [Wunsch]; o reaparecimento da percepção é a realização de desejo [Wunscherfüllung]. (FREUD, 1996, p.539).

Assim, a noção de percepção é fundamental para pensar como o sujeito constrói suas referências no mundo a partir do desejo inconsciente e, conseqüentemente, como pensa e sente certas experiências com os objetos. A partir disso, é possível entender que existem acordos

sociais onde a percepção pode ser manipulada para sensibilizações específicas.

Tomemos um primeiro exemplo sobre os acordos sociais: o fato de que a partir da condição de que todos nós somos seres de linguagem acordos foram feitos para que possamos nos comunicar. Esses acordos nos remetem aos limites traçados pelas regras da língua – como apreendemos um texto a partir das suas normas lexicais, gramaticais... e, depois, como contaremos para alguém a experiência que tivemos da leitura, como aprendemos o texto...

A partir desse exemplo, que é fundador das relações humanas, podemos pensar num outro: também existem acordos sociais que funcionam a partir do fato de sermos “sujeitos do desejo”, de estamos a todo momento, de alguma maneira, em busca do “objetos do desejo” e, a partir disso, nossa percepção pode ser manipulada para o encontro com “objetos parciais”, desde interesses específicos. Um exemplo disso são os objetos de consumo que estão constantemente sendo “aperfeiçoados” com a intenção de manipular nossa percepção e fazer com que consumamos objetos selecionados, com formas selecionadas.

Nesse mesmo sentido podemos estender a discussão para a existência de acordos sociais no processo da aprendizagem, desde como o sujeito apreende e aprende certas experiências a partir de um consenso em relação à formas específicas. Se assim for, é possível também pensar que tais acordos podem estar atrelados à interesses específicos.

Esse ponto da discussão merece atenção, pois remete a um momento peculiar contemporâneos da sociedade brasileira e que pode auxiliar na compreensão sobre a proposta deste trabalho: as discussões sobre a “Escola sem partido”. Essa proposta, que teve sua origem num movimento político criado em 2004, assume certa popularidade a partir 2015 ao questionar o “viés ideológico” presente na educação, principalmente por parte dos professores que influenciariam os alunos a desenvolverem ideologias específicas.

Quando este trabalho questiona a manipulação que certos acordos sociais estabelecem no processo da aprendizagem está se referindo à maneira como a sensibilização do sujeito, frente a certas experiências, pode ser manipulada desde um consenso (acordo social) em relação à forma, criando um referencial de presença e de pertencimento no mundo. A consequência disso é a impossibilidade de o sujeito investir em percepções que possam melhor se adequar ao objeto do seu desejo, conseqüentemente, limitam o investimento da imaginação em formas que não estejam em acordo, restringindo a capacidade criativa.

Nesse sentido, a ideologia faz parte do investimento do sujeito frente ao objeto de desejo. Lembrando que a origem da palavra “ideologia” advém da palavra francesa *ideologie* e, segundo o Dicionário Houaiss da língua portuguesa (2001, p. 1565), a palavra francesa teve origem na ciência proposta pelo filósofo francês Destutt de Tracy (1754-1836), que a atribuiu

à origem das ideias humanas às percepções sensoriais do mundo externo.

Mesmo que o foco deste ensaio não seja discutir especificamente a questão apresentada acima, parece pertinente a menção sobre a distinção entre o que se propõe como manipulação da percepção, a partir de um consenso em relação à noção de forma, e o que está proposto nos debates e projetos políticos referentes à “Escola sem partido”. Esse projeto político enfatiza a ideologia como aquilo que não pode estar presente no processo da aprendizagem, pois seria uma maneira de manipulação, ao que se compreende neste trabalho, tomando a etimologia do termo como referência, que as percepções subjetivas não devem ser consideradas no processo de aprendizagem, segundo o plano político mencionado.

Desde esse parênteses, que remeteu a uma discussão contemporânea sobre o apreender e aprender como experiências dicotômicas – já que a percepção e o conhecimento são colocados em lugares distintos –, a proposta é pensar numa sensibilização crítica para as percepções que estão em consenso e, assim, poder facilitar novas maneiras de reconhecimento do sujeito em relação a como ele percebe o mundo e também se sente percebido. Nessa proposta é necessária uma análise crítica sobre a noção de forma que está em consenso.

A ideia sobre esse consenso está diretamente vinculada à dicotomia entre sujeito e objeto, e isso porque caso o sujeito seja a primeira pessoa da ação o objeto torna-se produto das ações, ou mesmo das escolhas do sujeito. No entanto, como foi apresentado a partir da teoria freudiana, o sujeito e o objeto estão inevitavelmente em relação contínua na experiência, ao ponto de não ser possível atribuir uma ontologia nem para o sujeito, nem para o objeto. Caso o objeto seja considerado como produto da subjetividade seria possível atribuir a ele formas específicas, para atividades específicas, criando uma espécie de dicionário de formas (ou de objetos) ou, um manual de consumo.

Como a proposta deste trabalho é estabelecer uma análise crítica sobre a noção de forma que está em consenso, Freud ainda pode colaborar, principalmente quando introduziu o processo de formação e de deformação para discutir alguns temas, como: memória, imagens, sonho, sintoma... A grande contribuição freudiana, para este ensaio, é de colocar o sujeito em relação com o seu desejo submetido aquilo que apresenta uma forma e aquilo que é deformado, nas mais diversas experiências.

Se estendemos ao sonho total nossa concepção a respeito de seus elementos isolados, procede que o sonho como um todo constitui um substituto deformado de alguma outra coisa, algo inconsciente, e que a tarefa de interpretar um sonho é descobrir esse material inconsciente. Disso logo resultam, entretanto, três regras importantes que devemos observar durante o trabalho de interpretação de sonhos. (FREUD [1916], 1996, p. 118)

Isso quer dizer que a percepção que temos da realidade não está submetida apenas à organização simbólica, mas a algo que foge do referencial de forma como presença sensível. No entanto, quando Freud sedimenta o significado do termo forma cria uma dicotomia². A forma fica do lado de uma espécie de enquadramento que o sujeito estabelece na consciência, e o que é deformado remete à organização inconsciente, ao que diz respeito ao desejo. Contudo, por mais que exista dicotomia em relação ao que é forma e ao que é deformação em Freud, sua clínica revelou um dos pontos centrais pelo qual as hipóteses deste trabalho estão sustentadas teoricamente: o que é aprendido e apreendido se faz por meio de uma deformação inerente do psiquismo, o que significa dizer: a realidade pela qual o sujeito está inserido – ao que Freud chamou de “realidade psíquica” – é anterior a uma ordem estabelecida pelo registro simbólico (por acordos de compreensão), fato que lhe dá a possibilidade de ser fragmentada, assimétrica, informe, etc.

Essa situação se evidenciou na clínica, como explorou Freud durante todo o percurso da sua teoria, já que o que estava em jogo era o sujeito do inconsciente – mesmo que o objetivo sempre tenha sido tornar consciente (dar forma) ao que era inconsciente (deformado). No entanto, nas relações sociais contemporâneas isso parece ocorrer de maneira invertida. O que é percebido como análogo ao desejo relaciona-se ao que é pré-estabelecido socialmente como forma correspondente, impossibilitando outros tipos de forma que não estejam “enquadradas”.

Esse ponto é importante para a compreensão sobre a manipulação em relação à noção de forma. Se o que é percebido pelo sujeito tem uma forma já estabelecida, essa forma pode ser facilmente transposta para os objetos que causam desejo, por exemplo, como já mencionado, através de objetos que o mercado vende, os quais podem servir como correspondentes do desejo subjetivo, sendo, a todo o momento, atualizados por novas formas mais atraentes. Isso acontece porque houve acordos sociais a partir de interesses específicos.

Desde esse levantamento, uma das propostas é pensar numa sensibilização crítica para o consenso em relação à noção de forma a partir de uma “percepção mais experimental”³, ou, que coloque a percepção em situação de teste. Assim, o intuito será experimentar essa ideia através de um objeto estético, um texto literário, no caso, “As aventuras de Alice no País das Maravilhas” (1865), de Lewis Carroll.

² Essa dicotomia freudiana apenas será mencionada e não explorada. O tema foi explorado na tese de doutorado “Lacan e o Surrealismo: inspirações para um conceito de objeto”.

³ Termo utilizado por George Didi-Huberman no seu livro “O que vemos, o que nos olha”, de 1998.

3 ALICE E O ESTRANHAMENTO DA FORMA

Alice, personagem principal do texto de Carroll (1865), é uma menina esperta e questionadora que, num dia comum, vê um coelho muito estranho (que fala, usa colete e relógio de bolso) e passa a segui-lo, caindo num buraco. Durante a queda, que parecia não ter fim – “Ou o poço era muito fundo, ou ela caía muito devagar” –, Alice estabelece um monólogo repleto de questionamentos, que acontecem justamente porque ela está vivenciando uma outra experiência, com formas inusitadas, numa outra relação de temporalidade – o tempo perde a sua forma.

No momento em que Alice para de cair, perdendo o coelho de vista, passa a caminhar até entrar num salão envolto por várias portas trancadas, as quais ela tenta abrir de diversas maneiras – “Ou as fechaduras eram grandes demais, ou a chave era pequena demais”. Enfim, ela encontra uma chave que cabe perfeitamente numa porta bem pequena, porém, para entrar, ela precisará mudar de tamanho.

É conhecido os diversos desafios e aventuras que Alice passará no “País das Maravilhas”, por exemplo: o seu encontro com diversos seres bizarros, como a Lagarta que fuma narguilé, o Gato de *Cheshire*, a Lebre de Março, o Chapeleiro Maluco...; a criação de lugares e situações incríveis, como a lagoa de lágrimas, o jogo de críquete com a rainha... No entanto, o que chama a atenção para a proposta deste trabalho é a experiência que Alice vivenciou ser um processo, entre o apreender e o aprender, numa dialética entre percepção e conhecimento, a partir do encontro com formas estranhas, desconhecidas.

Os vários caminhos e encontros que Alice vivenciou, percebendo-os como estranhos fizeram com que ela se questionasse. Segue um exemplo

Ai, ai! Como tudo está esquisito hoje! E ontem as coisas aconteciam exatamente como de costume. Será que fui trocada durante a noite? Deixe-me pensar: eu *era* a mesma quando me levantei esta manhã? Tenho uma ligeira lembrança de que me senti um bocadinho diferente. Mas, se não sou a mesma, a próxima pergunta é: ‘Afinal de contas quem sou eu?’ (CARROLL, 2009, p. 25)

Podemos pressupor que a experiência vivenciada por Alice é um sonho – lembrando que para a psicanálise o sonho é a realização de desejo inconsciente –, no entanto, por mais que a narrativa seja a de um sonho, ou não, o que se apresenta é uma experiência que coloca a percepção num lugar onde a noção de forma transcende o consenso sobre a presença sensível.

A forma provocou estranhamento, experiência que permitiu à Alice, ou mesmo ao leitor do texto de Carrol, questionar-se sobre a sua relação de presença no mundo. Quer dizer: não se trata apenas do reconhecimento da forma como modelo de presença sensível dos objetos, mas a própria forma humana é posta em questão. Dito de outra maneira, a maneira como o sujeito se reconhece como presença no mundo é questionada.

Colocar a forma do sujeito em questão significa, entre outras coisas, que o sujeito e o objeto não precisam ser definidos a partir de referenciais interiores e exteriores, mas podem ser compreendidos através de apresentações fragmentáveis, cindíveis e relacionais. No final das contas, o que está em jogo é o processo, que passa do reconhecimento por aquilo que não era conhecido para aquilo que é conhecido, e vice-versa, num processo de transição entre percepção e conhecimento.

Assim, podemos pensar que a relação do sujeito com o objeto é anterior aos acordos simbólicos estabelecidos socialmente – como apontou Freud quando enfatizou as percepções que o sujeito investe de acordo com o seu desejo – quer dizer, a realidade pela qual o sujeito e o objeto estão inseridos não tem uma forma pré-definida, os “contornos” serão traçados conforme as experiências sejam vivenciadas – como ocorreu com Alice, que a partir de uma experiência estranha produziu questionamentos e traçou outros caminhos.

O sujeito e o objeto estão num processo de formação e deformação contínuo e esse é o lugar onde o sujeito habita, onde ele pode inclusive criar.

O exemplo do texto literário permite ao sujeito colocar-se nesse lugar experimental, onde a sensibilização estética vincula-se a um “para além do sentido”. Nesse lugar quem cria o sentido é o sujeito, ao invés de estar submetido a ele.

Não seria esse o lugar da aprendizagem?

No entanto, a aprendizagem também é o processo por onde circulam os consensos e por isso é também por onde o sujeito se reconhece, estando sempre em situação transitiva. Nesse ponto é possível lançar mão de um outro elemento que pode ser interessante para as pesquisas que relacionam a experiência estética e a aprendizagem: se o processo da aprendizagem é uma maneira de compreender a lógica transitiva por onde ela acontece, ou seja, uma possibilidade de compreender o social a partir de como o sujeito apreende e aprende, conseqüentemente é também uma maneira de explorar os acordos sociais.

Nessa perspectiva, os acordos sociais não são necessariamente um problema para o processo da aprendizagem, ou mesmo uma impossibilidade criativa para o sujeito, eles fazem parte do processo. No entanto, parece relevante exaltar a importância de reconhecer os acordos que nos norteiam, com o objetivo de que o sujeito possa reconhecer o seu lugar nesses acordos

e também o seu lugar para além deles.

A partir dessa perspectiva, a dialética como um método de análise da experiência do sujeito com o objeto, é interessante, pois sustenta o argumento da aprendizagem como o processo entre o apreender e o aprender (percepção e conhecimento e também onde novas sensibilizações podem ser experimentadas, conseqüentemente, também o lugar onde o sujeito pode criar.

Theodor W. Adorno (1966), que pensou a dialética de maneira interdisciplinar – entre sociologia, filosofia e arte – escreveu a seguinte definição

... dialética é precisamente aquilo que se empenha em expressar a oposição entre o sujeito e o objeto, a oposição entre coisa e método [...] e por outro lado deve voltara pô-los como uno e desta forma erradicar essa oposição do mundo. Mas, como imaginar algo semelhante? (ADORNO, 2010, p. 41)

Certamente pensar dialeticamente continua a ser um desafio e encará-lo demonstra-se uma via de acesso para repensar o atual dualismo identificatório – presença-ausência, sujeito-objeto, apreender-aprender, percepção-conhecimento... – pelo qual o sujeito está inserido. Nesse sentido, a dialética pode ser entendida com um esforço constante de buscar conciliar o pensamento e o objeto, sem perder de vistas as contradições que o objeto tem na sua essência, por exemplo, não ter uma forma correspondente.

Compreendendo o desafio que é pensar dialeticamente as relações do sujeito com o objeto, principalmente em suas relações sociais mais corriqueiras, questiona-se duas situações: como a dialética, enquanto método de desmitificação de alguns consensos, pode ser aplicada no processo de aprendizagem? Seria o texto literário uma das maneiras de exaltar o consenso em relação à noção de forma e, conseqüentemente, o pensamento dialético?

4 CONCLUSÕES

O intuito principal deste trabalho foi criar argumentos teóricos para que pudéssemos levantar questões pertinentes para a maneira como o sujeito percebe e conhece o mundo a partir dos acordos sociais, ou então, como o sujeito aprende e apreender no processo da aprendizagem.

Foi apresentado que a teoria de Freud colocou a noção de forma em questão a partir do rompimento com o paradigma do objeto enquanto produto do sujeito. Desde esse argumento, foi levantada a ideia de que o sujeito e o objeto estão numa relação inseparável e dialética, o que possibilita supor que outras formas, que não as que são produto (conhecidas a partir de uma

forma comum), possam estar em jogo nas nossas relações mais corriqueiras.

No caso da personagem de Lewis Carroll (1865), Alice, o seu estranhamento com algumas formas a levou a questionar-se sobre si, o que a fez desbravar o “País das Maravilhas”, criando e encontrando novas saídas frente aos diversos obstáculos. Tanto a ação de questionar-se, como a experiência de estranhar-se, fizeram com que Alice transitasse livremente na imaginação, num processo dialético entre percepção e conhecimento.

A experiência estética vinculada com o processo da aprendizagem pode trazer importantes argumentos teórico-práticos para aquilo que foi ponderado neste trabalho, principalmente em relação ao desafio que é pensar dialeticamente ambas as experiências, supondo que elas tratam de processos de transformação de si e do meio onde se vive, assim, precisam ser questionadas a todo o momento, já que a todo o momento novos desafios são apresentados para a nossa percepção e conhecimento.

THE CONSENSUS REGARDING THE NOTION OF FORM AND THE LIMITS OF THE IMAGINATION IN THE LEARNING PROCESS

ABSTRACT

The purpose of this paper is to discuss how aesthetic sensitization occurs linked to a specific notion of form and how it can elucidate new interpretations about the different ways which the subject apprehends and learns certain experiences, taking into account the fact that the subject is also sensitized through social agreements, or even specific interests, based on its relationship with the object. Thus, a critical analysis is intended regarding certain dualistic determinisms in the learning process that are linked to a consensual notion of form, consequently, about the way the subject thinks and feels certain experiences and, finally, experiences his imagination in world. To develop this idea, Freudian psychoanalytic knowledge will be used, such as: subject, object, desire and perception; and Lewis Carroll's literary text, "Alice's Adventures in Wonderland", as a possibility of critical awareness of the perceptions that are in consensus and are related to the notion of form.

Keywords: Psychoanalysis. Form. Literary text. Learning. Dialectics.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. W. **Dialética Negativa**. São Paulo: Jorge Zahar, 2010.

CARROLL, Lewis. **Aventuras de Alice no País das Maravilhas** [1865]. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. Trad. Paulo Neves. São Paulo:Ed. 34, 2010.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos [1900]**. In Freud, S. Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. IV). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Conferências introdutória sobre a psicanálise [1916-1917]**. In Freud, S. Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. XV). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HOUAISS, A; VILLAR, M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PORTILHO, Juliana Labatut. **Lacan e o Surrealismo: inspirações para um conceito de objeto**. 2019. 244 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Recebido em 15 de abril de 2020. Aprovado em 26 de agosto de 2020.

A **Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado do Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011.